

Relatório de Serra prevê sistema financeiro favorável à produção

BRASÍLIA — O Relator da Comissão de Tributos, Orçamento e Finanças, Deputado José Serra (PMDB-SP), está propondo no relatório que será divulgado hoje a criação de um Código de Finanças Públicas e de uma nova Lei do Sistema Financeiro, com o objetivo de reformular a estrutura do setor, substituindo a legislação feita por Roberto Campos em 1965, que considera obsoleta.

Com a sua proposta, Serra pretende adequar melhor o sistema financeiro a uma política eficiente de promoção do desenvolvimento equilibrado do País, com juros compatíveis aos interesses do setor produtivo e maior controle social da dívida pública, garantindo também uma maior transparência nas operações que envolvam o setor público. No relatório, Serra vai fixar as linhas gerais para o sistema financeiro, deixando as especificações para a legislação ordinária.

Na parte de Orçamento e Fiscalização, Serra propõe que a União apresente ao Congresso Nacional três orçamentos, que serão discutidos a partir de abril. Assim, ficam criados os orçamentos fiscal, aos moldes do atual, porém mais completo; o da Previdência e o de investimento das estatais. A Lei de Diretriz Orçamentária, que está sendo proposta, regulamentará cada um dos orçamentos.

A proposta do Relator aumenta o controle do Legislativo sobre os gastos da União na medida em que a comissão mista do Congresso encarregada de examinar e aprovar os orçamentos poderá pedir esclarecimentos, a qualquer momento, sobre a concessão de subsídios e a liberação de recursos para investimentos que não tenham sido autorizados previamente. Essa medida visa a cobrir os excessos de gastos com "projetos fa-

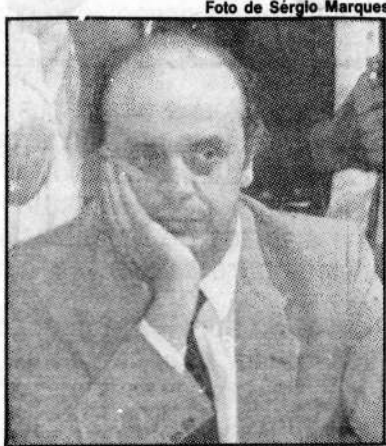


Foto de Sérgio Marques

Serra muda lei de Roberto Campos

raônicos", pois permite que o Congresso suste este tipo de investimento se considerar que não atende aos interesses de Nação.

Para pôr fim à política de empenhos, Serra sugere que União, Estados e municípios limitem gastos com pessoal. Nas disposições transitórias, fixa em cinco anos o prazo para que os administradores compatibilizem as suas folhas de pagamento com essa nova realidade. Com isso, Serra espera acabar com a situação que se verifica em alguns Estados, que pagam ao funcionalismo público mais do que arrecadam.

No âmbito do sistema financeiro, Serra desprezou a sugestão do Relator da Subcomissão, Fernando Gasparian (PMDB-SP), impedindo bancos estrangeiros de operar com depósitos no Brasil, mas estabelece critérios para a aplicação do capital estrangeiro: reciprocidade, acordos internacionais e interesse nacional.

Segundo Serra, a ser mantida a proposta de Gasparian, teriam que ser fechadas todas as agências bancárias brasileiras que operam no ex-

terior, instaladas através de contratos recíprocos, que propiciaram a vinda de estabelecimentos internacionais para o Brasil. Além disso, ele aponta o perigo de retaliação por parte desses agentes financeiros internacionais, o que poderia repercutir de forma negativa até na renegociação da dívida externa brasileira.

Ainda no sistema financeiro, Serra mantém o instituto das cartas-patente, mas prevê mecanismos de controle para a expansão indiscriminada dos estabelecimentos bancários; dá garantias ao Poder Legislativo para controlar a dívida pública; dispõe que os depósitos da União deverão ser feitos no Banco Central e garante a independência da instituição através da atribuição de mandato para a sua diretoria. O Presidente do Banco Central e toda a diretoria serão indicados ad referendum pelo Presidente da República e o Congresso Nacional não terá poder de destituí-los. Serra também não incluiu em seu relatório a exigência de que os diretores do BC não tenham trabalhado, quatro anos antes e igual período depois, em instituição financeira privada. Na opinião do Relator, essa exigência não faz sentido, já que é o Congresso que vai aprovar a escolha do Presidente da República, com poderes para rejeitá-la.

O relatório não define, no capítulo do sistema tributário, qual a carga tributária que a União terá — essas especificações serão reguladas pela legislação ordinária — mas fixa em 2 por cento a alíquota máxima para a cobrança do novo Imposto Sobre Valor, a ser captado pelos municípios. Serra afirmou ter encontrado uma fórmula consensual para romper o impasse criado entre os Estados mais ricos e os menos favorecidos em torno da exclusão dos primeiros do Fundo de Participação dos Municípios, mas não disse qual é.

Prisco quer prorrogação para prefeito

BRASÍLIA — O Deputado Prisco Viana (PMDB-BA), relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e da Garantia das Instituições, propõe a inclusão, entre as Disposições Transitórias da nova Constituição, de artigo prorrogando por dois anos os mandatos dos atuais prefeitos de capitais. Para os demais municípios, as eleições de 15 de novembro do ano que vem seriam mantidas, mas para um mandato-tampão de dois anos.

O relatório propõe também cinco anos de mandato para o Presidente Sarney, fixando a eleição do seu sucessor para 1989. No ano seguinte, haveria eleições gerais: prefeitos, governadores, e Congresso Nacional.

A proposta de Prisco Viana está dentro da tese, divulgada por assessores do Presidente Sarney no Palácio do Planalto, segundo a qual o País sofreria grandes prejuízos se, mantida a situação atual e com mandato presidencial de cinco anos, ocorrerem eleições por três anos, sucessivamente. Outra tese encampada por Prisco, velho amigo do Presidente Sarney, de quem foi Secretário-Geral no PDS, é que a eleição presidencial deve ser "solteira", ou seja, ocorrer sozinha, sem coincidências com outros pleitos.

Prisco Viana decidiu também incluir no relatório a instituição no País do voto distrital para as eleições de deputados, em regime misto com o atual sistema proporcional.

Egydio só definirá o mandato nas Disposições Transitórias

BRASÍLIA — O Relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), propõe um sistema parlamentarista que não obedece ao modelo clássico, mas que ele considera mais avançado do que a proposta da Subcomissão do Poder Executivo, elaborada pelo Senador José Fogaça (PMDB/RS). Até à noite, Egydio não se havia decidido quanto à duração do mandato do próximo Presi-

dente e tendia a deixar para as Disposições Transitórias a tarefa de fixar o de Sarney, as questões mais polêmicas da Comissão.

Como outros relatores, ele transferiu para hoje a entrega do relatório. Ocupado com o trabalho, o Deputado não compareceu sequer à reunião com os Relatores, convocada pelo Líder do PMDB Senador Mário Covas, ontem à tarde, na casa do Presidente do partido e da Constituinte, Ulysses Guimarães.

No encontro, Covas disse

que ainda não conversou com os outros partidos sobre sua proposta de consenso em torno às questões mais polêmicas. O Líder está preocupado em conseguir o entendimento entre as diversas correntes para evitar que, no plenário da Constituinte, última instância dos debates, todo o trabalho tenha que ser retomado da estaca zero. Só após terminar a discussão interna no PMDB, Covas procurará os líderes dos demais partidos.

Projeto 'conservador' de Severo propõe a denúncia dos contratos de risco

BRASÍLIA — O Senador Severo Gomes, Relator da Comissão da Ordem Econômica, divulgou ontem os principais trechos de seu anteprojeto, que começa a ser debatido amanhã. Optando por uma linha moderada, para conseguir a aprovação da maioria da Comissão, que é "conservadora", Severo fez poucas concessões aos "progressistas", como a extinção dos contratos de risco para o petróleo.

Nas questões-chave dos Princípios Gerais da Economia, ele ficou com os "conservadores": os estrangeiros, desde que domiciliados e residentes no país, poderão ser proprietários de empresa reconhecida como nacional, e terão direito também a requerer lavras de jazidas minerais. Desta forma, o capital estrangeiro poderá ter acesso a incentivos e privilégios dados pelo Governo a título de fomento à empresa nacional.

O Relator manteve, porém, o monopólio estatal do petróleo na forma hoje existente: para pesquisa, lavra, refino, importação e transporte marítimo, e extinguiu os contratos de risco, abertos pela Petrobrás ao capital multinacional durante o Governo Geisel. Os contratos em vigor seriam objeto de indenização. O monopólio estatal foi estendido aos minerais nucleares e fósseis, em todos os estágios previstos para o petróleo, mais a comercialização.

Na questão da reforma agrária, ele rejeitou a fixação de um limite máximo para a propriedade rural e acatou a tese de que o mérito da desapropriação pode ser contestado judicialmente. Neste caso, se o proprietário tiver ganho de causa, não receberá o imóvel de volta, mas uma indenização em dinheiro. Se não recorrer, ou se for derrotado, recebe em títulos da dívida pública, com correção monetária, resgatáveis a partir do segundo ano de emissão, pelo prazo de 20 anos. As benfeitorias serão todas pagas em dinheiro. O Incra toma posse imediata da terra desapropriada, ainda que o mérito seja contestado judicialmente.

O usucapião rural, na proposta, vigora para quem, não tendo imóveis, ocupar por cinco anos, sem contestação, até cinquenta hectares, neles morando e trabalhando. Terras públicas acima de 500 hectares só poderão ser concedidas mediante aprovação do Senado Federal, salvo no caso de cooperativas.

O usucapião urbano será concedido a quem ocupar o imóvel por três anos, dentro de um limite máximo de 154 metros quadrados.

O Relator disse que ainda estava negociando dispositivo referente à micro-empresa, mas afirmou que não vai propor imunidade total, e sim recomendar que ela seja sempre tratada especificamente nas leis e normas que regem a atividade econômica.

Comunicações: Relatório evitará radicalizações e procurará conciliar teses

BRASÍLIA — Organização tripartite das concessões de canais de rádio e televisão, divididos entre o setor privado, o setor estatal (com orientação dada pelo Estado para fins educacionais, principalmente) e o setor público (a ser definido por lei ordinária), representado por instituições públicas ou da sociedade civil. Esta tendência deverá prevalecer no relatório do Deputado Artur da Távola, Relator da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação.

Ele informou ontem que incluirá no relatório, a ser

apresentado amanhã, propostas que conciliam as posições em confronto e permitem avanços progressivos. "Não há nenhum ânimo para radicalizações, que são um desserviço à sociedade", frisou.

Informou, também, ter recebido poucas emendas pedindo a inclusão do Conselho Nacional de Comunicação no projeto. O Conselho, incumbido de julgar as concessões, era uma proposta da Relatora da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e Comunicação, Cristina Tavares, mas teve sua criação derrubada na primeira votação.